



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 06 e 07 de outubro de 2025

Local: Sala 735 (sede do MMA) e Microsoft Teams

Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA) e Aristeu Júnior (Ministério da Saúde)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

1. Abertura e aprovação da pauta:

O Sr. Aristeu Júnior (MS), vice-coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos. Informou que a reunião seria gravada para auxiliar na escrita da memória.

O vice-coordenador explicou que foi necessário marcar a reunião extraordinária para discutir a minuta elaborada no âmbito do GTT Regulação de Substâncias Químicas. Comunicou que, além dos ouvintes, a reunião conta com a participação de membros do referido GTT. Além disso, foi aberta a possibilidade de participação remota, dada a capacidade reduzida da sala de reunião.

Em seguida, passou-se à aprovação da pauta. No convite, encaminhado aos membros da Conasq no dia 18 de setembro, havia sido comunicado que único objetivo da 3ª Reunião Extraordinária seria discutir e aprovar o decreto regulamentador da Lei 15.022/2024. No entanto, foram acrescentados na pauta dois tópicos: um sobre o resultado do formulário de contribuições e outro sobre a aprovação do diagnóstico nacional do P2R2.

A representante da ABIQUIM, Camila Hubner, solicitou que fosse acrescentado na pauta um ponto sobre as eleições da Conasq.

Não havendo outras considerações, o ponto foi acrescentado e a pauta ficou aprovada.

2. Resultado do formulário

O vice-coordenador informou que o formulário ficou aberto entre 01/08 e 04/09. Nesse período foram recebidas contribuições de 18 instituições: Ministério da Saúde, Helicópteros do Brasil S/A, Suzano S.A, Sherwin Williams do Brasil, PETA Science Consortium International e.V., SINPROQUIM, ABIFINA, ABIFRA, ABIQUIM, HWFA, IBÁ, ABBI, CropLife Brasil, ASSOCIQUIM, Intertox, Anvisa, ABIHPEC e Toxisphera.

Encerrado o formulário, as contribuições foram compiladas em uma tabela, para facilitar a visualização. A equipe técnica procedeu à análise das sugestões, indicando quatro possíveis encaminhamentos: aceitar, aceitar parcialmente, não aceitar ou sugestão prejudicada.

Após essa etapa de análise, a equipe técnica editou a minuta de decreto conforme os encaminhamentos indicados na tabela.

A tabela de contribuições e a minuta atualizada de decreto foram encaminhadas aos membros da Conasq no dia 29/09, e reencaminhadas no dia 01/10, com alterações adicionais (correção de inconsistências) pontuadas por e-mail.

O representante da Confederação Nacional da Indústria, Wanderley Baptista, informou o setor privado ficou surpreso com o número de contribuições encaminhadas e o número de mudanças de mérito em relação ao texto trabalhado pelo [GTT-Regulação de Substâncias Químicas](#). Destacou que a tabela possui 349 páginas e pontuou a dificuldade em ver o texto aprovado no segundo dia de reunião. Questionou o sentido das mudanças. Na avaliação da Confederação, uma mudança muito substancial no texto do GTT implica em tempo maior de análise, sendo necessário encaminhar à base. O texto possui grande impacto na indústria e as mudanças não foram apenas de forma, mas, também, de mérito. Mencionou a possibilidade de recriar o GTT para discutir os principais pontos.

A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende, falou que a tabela possui todas as mudanças, sendo muitas delas questões pontuais. Algumas contribuições foram questões que já haviam sido debatidas pelo GTT, enquanto outras não faziam sentido para o texto. O prazo para disponibilização do documento foi cumprido pelo MMA. A metodologia de trabalho será com base no documento em formato word contendo as alterações feitas no texto. Solicitou que, caso algum representante identifique que suas contribuições enviadas pelo formulário não foram contempladas no texto, manifeste-se.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, destacou que alguns pontos da minuta de decreto estavam contraditórios com o estabelecido pela Lei, sendo necessário fazer essas adequações. Outras mudanças ocorreram no sentido de acomodar sugestões recebidas através do formulário.

A representante da ABIQUIM, Camila Hubner, corroborou a fala do representante da CNI. Agradeceu ao MMA pelo cumprimento do prazo para envio dos documentos; as alterações podem parecer poucas, mas não são. Avaliando-as no detalhe, são discussões técnicas e não técnicas que carecem de aprofundamento. Alguns pontos do decreto estão mais detalhados e, seguindo o racional estabelecido no início das reuniões do GTT, onde idealizou-se um decreto mais geral, com detalhamento futuro para regulamentações auxiliares, essa lógica não foi refletida na minuta atualizada. Questionou se as alterações feitas realmente poderiam ser discutidas em dois dias.

O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, sinalizou a dificuldade em contribuir com o formulário no período solicitado, por motivos de saúde. Perguntou sobre a possibilidade de aportar novas sugestões.

O vice-coordenador sugeriu seguir a programação para a 3ª reunião extraordinária e analisar a minuta atualizada do texto. Caso não fosse possível avaliar todas as modificações e se chegar a um consenso, o grupo poderia avaliar os próximos passos. Caso haja pontos que precisem de mais tempo para serem analisados pelo setor, poderia ser marcada uma nova reunião extraordinária.

3. Capítulo sobre definições

Sobre a definição de cadastrante, proposta de definição sugerida pelo MMA, alguns membros sugeriram o aprimoramento da redação, para melhor alinhá-la com os conceitos já estabelecidos na Lei 15.022/2024.

75 *A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, questionou se a nova definição, apesar
76 de simplificar a redação da minuta, não causaria confusão.

77 Ficou decidido que essa definição seria avaliada posteriormente.

78 Sobre a definição de “grupo ou categoria de substância”, a equipe técnica do MMA
79 explicou que essa definição seria importante para contemplar o que se observa globalmente no
80 campo da gestão de substâncias químicas, em que substâncias com características semelhantes
81 podem ser agrupadas para fins de avaliação de risco.

82 *A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, pontuou que isso
83 ocorre, por exemplo, no âmbito da Convenção de Estocolmo, em que as substâncias têm sido
84 avaliadas por grupos: grupo do PFAS, grupo do PFOA e grupo do PFHx. Então, a definição foi
85 criada para possibilitar que não apenas as substâncias, mas também grupo de substâncias, possam
86 ser selecionadas para a avaliação de risco.

87 *O vice-coordenador* falou que o Ministério da Saúde não concorda com a proposição pois
88 a Lei não fala em grupo de substâncias.

89 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse que é preciso cuidado ao agrupar as
90 substâncias para a avaliação de risco. Explicou que a avaliação de risco envolve exposição, dose-
91 resposta, dentre outros fatores. Cada substância possui um parâmetro único associado. A
92 princípio, sem uma discussão aprofundada, a Associação é contra o conceito e o agrupamento de
93 substâncias.

94 *A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, explicou que desde que a
95 legislação foi inicialmente pensada, em 2014, ocorreram vários avanços no campo da gestão de
96 substâncias químicas e que a proposta de redação foi uma tentativa incorporar o que há de mais
97 moderno na legislação.

98 *O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, disse não enxergar prejuízo em manter
99 a redação proposta pelo MMA. Seria importante que a avaliação de risco considerasse as
100 categorias ou grupos de substâncias.

101 *O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, disse que a
102 metodologia de priorização por grupo ou categoria de substância estaria em consonância com o
103 §3º, art. 14 da Lei 15.022/2024. Destacou que a minuta de Decreto precisa ter longevidade.

104 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse que a questão não é ser contra o
105 agrupamento das substâncias, mas ter cuidado em como isso seria feito do ponto de vista da
106 avaliação de risco. Reforçou que os cenários de exposição estão ligados individualmente a cada
107 substância. Avaliar as substâncias por grupo seria considerar o mesmo cenário de exposição para
108 todas as substâncias, o que não necessariamente seria verdade. O questionamento da Abiquim é
109 sobre considerar o mesmo cenário de exposição para diferentes substâncias.

110 *A representante da Fundacentro, Patrícia Dias*, indicou concordar com a abordagem
111 proposta pelo MMA. Disse que essa metodologia já é utilizada em outras situações, citando como
112 exemplo a análise da segurança química para materiais ou compostos.

113 *O representante da Anvisa, Gunther Blank*, sugeriu aprimorar a redação para incluir o
114 termo “químico”. A nova redação seria “grupo químico ou categoria de substâncias”.

115 *A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, pontuou que o texto, da forma como
116 foi proposto, considera o agrupamento das substâncias para fins de priorização, mas não de
117 avaliação de risco. Questionou se seria esse o objetivo.

118 *A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, disse que o objetivo
119 seria colocar o mecanismo nos dois processos.

120 O *vice-coordenador* questionou se a Lei dava abertura para esse mecanismo de
121 priorização por grupo.

122 *A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, esclareceu que a
123 Lei, ao falar de substâncias, no plural, abria essa possibilidade e o texto do Decreto poderia
124 explorar essas minúcias e estabelecer a priorização por grupo.

125 *O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, disse que o objetivo não é considerar
126 os grupos como uma coisa só; pontuou que não era isso o que estava proposto no texto.

127 *O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq*, chegou na reunião. Explicou
128 que estava em outra agenda e desculpou-se pelo atraso.

129 *O representante da Sociedade Brasileira de Toxicologia e membro do GT-Regulação,*
130 *Anax Falcão*, disse que, na prática, não será possível implementar a avaliação de risco alinhado
131 com o conhecimento científico se não for feito o agrupamento das substâncias. Explicou que esse
132 agrupamento é feito para avaliar questões relacionadas ao perigo. Salientou que o ponto colocado
133 pela representante da Abiquim é muito importante e que não poderá ser assumido que todos
134 estarão expostos a todas as substâncias de um mesmo grupo ao mesmo tempo em um único
135 cenário. Esclareceu que essa abordagem é utilizada para endereçar a falta de dados. Respondendo
136 à pergunta da Casa Civil, falou que esse agrupamento serve para fase de priorização e para análise
137 de risco.

138 *A representante da Sinproquim, Luciana Oriqui*, disse que não haveria problema em
139 relação à priorização. No entanto, a avaliação de risco é muito particular para cada substância.

140 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, questionou como a diferenciação dos
141 diversos cenários de exposição seria feito, quando da avaliação de risco das substâncias em grupo
142 ou categoria de substância.

143 *O representante da Sociedade Brasileira de Toxicologia e membro do GT-Regulação,*
144 *Anax Falcão*, explicou que a abordagem do grupo auxiliaria, por exemplo, para inserir uma
145 propriedade de perigo. Por exemplo, uma empresa que sintetiza uma substância para qual não há
146 dados sobre a toxicidade reprodutiva para esse parabenos pode, ao invés de gerar um novo estudo,
147 utilizar uma abordagem de agrupamento para entender onde essa nova substância se posiciona
148 dentro da classe à qual pertence. É necessário considerar as incertezas; além disso, é possível que
149 o órgão regulador não considere essa abordagem. Alertou que, não considerar essa abordagem,
150 coloca um peso sobre a própria indústria, que precisará gerar dados para cada substância
151 individualmente.

152 *O representante da Sociedade Brasileira de Toxicologia e membro do GT-Regulação,*
153 *Anax Falcão*, chamou atenção para o fato de que, mesmo que essa metodologia de agrupamento
154 não esteja prevista no Decreto, precisará ser aplicada de qualquer forma. Essa é a realidade.

155 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse concordar com o que o representante
156 da SBTTox falou: agrupamento é para a extrapolação de perigo. Disse que isso deve ficar claro no
157 Decreto.

158 Seguindo, analisou-se a definição de nome e número máscara. A redação foi proposta
159 pelo MMA para acomodar uma preocupação levantada pela sociedade civil quanto à divulgação

da lista de substâncias que estariam protegidas pelo sigilo. A definição foi inspirada pelo que é feito pelo Canadá.

O *vice-coordenador* concordou com a proposição, mas disse que a redação no artigo que estabelece as regras para atribuição de nome e número máscara poderia ser modificadas para simplificar o processo e torná-lo automático dentro do sistema do Cadastro de substâncias químicas.

O *coordenador da Conasq* concordou a proposição e com a justificativa.

A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, questionou se o nome e número máscara seria acessível à população.

Foi esclarecido que o usuário saberia, ao acessar o sistema, as substâncias protegidas por sigilo através do nome e número máscara.

O *representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, disse que havia encaminhado algumas sugestões. Gostaria que fossem analisadas pela Comissão.

O *coordenador da Conasq* disse que a conclusão desse capítulo ficaria pendente e que as sugestões seriam analisadas posteriormente. Este capítulo seria o último a ser analisado, dada que as definições poderiam ser atualizadas de acordo com o que fosse decidido nos demais capítulos.

2. 2 Capítulo sobre o Cadastro Nacional de Substâncias Químicas

2.2.1 Informações exigidas no Cadastro

Ficou decidido que, antes de definir os critérios para o cadastramento de polímero a que se refere o art. 8º da Lei 15.022/2024 deverá ocorrer a definição de polímeros de baixa preocupação por meio de resolução do Comitê Deliberativo.

No artigo referente às informações requeridas no Cadastro, a equipe técnica do MMA sugeriu acrescentar o termo “dentre outras”, para que haja abertura para exigir novas informações no futuro.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, não concordou com a proposta apresentada. Pontuou que o termo pode gerar insegurança e não garante previsibilidade para o setor; a informação requerida pode ter impacto médio ou grande, o qual seria difícil mensurar no momento.

O *coordenador da Conasq* disse que a adição do termo evitaria necessidade de editar o Decreto futuramente. Explicou que não seriam exigidas informações que não fizessem sentido no contexto da Lei.

Para acomodar a preocupação apresentada, o texto foi modificado para estabelecer que o Cadastro conterá entradas para as informações listadas no Decreto e “outras aprovadas pelo Comitê Deliberativo”.

Seguindo, o dispositivo sobre a tonelagem de produção ou importação das substâncias foi alterado para considerar as novas faixas de quantidade encaminhadas pela Abiquim. Sobre essa questão, os membros discutiram se deveria ser declarada a média dos últimos três anos, ou a quantidade referente a cada ano, para que o sistema possa, automaticamente, calcular a média de produção.

199 A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, recomendou que fosse colocado o
200 volume de produção anual, para que o sistema pudesse calcular a média.

201 A representante da Abiquim, Camila Hubner, reforçou que a Lei fala em volume médio
202 dos últimos 3 anos.

203 O coordenador da Conasq explicou que isso não implica dizer que não há necessidade
204 de descrever os volumes anuais. Falou sobre a necessidade de haver dados claros para embasar o
205 cálculo da média de produção.

206 O coordenador da Conasq precisou se ausentar. O vice-coordenador assumiu a condução
207 da reunião.

208 A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que precisaria avaliar melhor a
209 redação proposta.

210 Seguindo, sobre a classificação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação
211 e Rotulagem de Produtos Químicos ([GHS](#), em inglês), a representante da Toxisphera, Zuleica
212 Nycz, questionou se já haveria norma brasileira vigente. Comentou que essa classificação traz
213 perigo para compartimentos específicos (ambiente aquático e camada de ozônio) e questionou
214 como ficaria a questão de outros compartimentos ambientais, como o solo.

215 O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, disse que a dúvida consiste em saber
216 se o GHS seria suficiente para atender ao que se pretende com a Lei.

217 A representante da Fundacentro, Patricia Dias, falou que o GHS já está previsto em
218 algumas normas brasileiras. A ABNT produziu, em 2023, o que seria o GHS Brasileiro. Em
219 relação ao GHS ser completo ou não, essa seria uma pergunta filosófica, pois dificilmente alguma
220 norma, inclusive o GHS, seria totalmente completa. A vantagem do GHS é que a norma é revista
221 a cada dois anos e a atualização acontece periodicamente; além disso, adotá-lo propicia
222 harmonização com outras instituições nacionais e internacionais, para haver uniformização.

223 O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, disse que seria importante não se
224 limitar somente ao GHS.

225 A Diretora de Qualidade Ambiental explicou que a Lei estabelece explicitamente a
226 obrigação de se utilizar o GHS.

227 O Sr. Fabriciano Pinheiro, ouvinte, disse que a discussão sobre essas outras
228 possibilidades foi feita há muito tempo, durante a Rio-92. A conclusão foi que seria necessário
229 estabelecer um sistema para que o mundo todo utilizasse como base para definição de perigo. Daí,
230 criou-se o GHS. Não faria sentido haver outro instrumento classificador de perigo.

231 A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, disse que a questão levantada não foi sobre
232 não se utilizar o GHS. Foi, na verdade, sobre a vigência da norma e sobre a limitação do GHS
233 quanto à classificação de perigo para certos compartimentos ambientais. Disse que essa discussão
234 ocorreu no âmbito do GTT-Regulação e quando da elaboração do texto da Lei 15.022/2024.

235 O representante do MDIC, Washington Bonini, agradeceu a pergunta e destacou que este
236 é um ponto que exige bastante firmeza, pois toda a lógica de trabalho definida depende de clareza
237 sobre essa decisão. Informou que, salvo engano, o Brasil é aderente ao GHS e que o decreto, ao
238 estabelecer a adoção de seus parâmetros, o reconhece como fonte de direito para fins de
239 regulamentação. O tema foi amplamente debatido no GTT, onde se reconheceu que o GHS não é
240 completo e que a própria Lei, em seu art. 14, requer elementos que não estão definidos nesse
241 sistema. Além disso, a Lei não estabelece quando essas informações devem ser apresentadas,

apenas determina que sejam consideradas na Avaliação de Risco. Assim, buscou-se estruturar um cadastro ao mesmo tempo simples e abrangente. Solicitar dados que não constam do GHS poderia limitar o cadastro, uma vez que tais informações inexistem para inúmeras substâncias. Portanto, informações adicionais às previstas no GHS poderão ser utilizadas na priorização. Os dados de perigo não estarão todos no cadastro, mas deverão ser considerados na análise de risco, conforme o art. 14. Exemplificou que o referido artigo prevê o uso de alertas internacionais na priorização das substâncias, embora esse tipo de informação não faça parte do GHS. Em outras palavras: no cadastro, solicita-se o GHS; a priorização considerará tanto as informações do cadastro quanto outras fontes, quando cabível; e, na análise de risco, serão buscados os dados detalhados da substância. Com essa lógica, não se restringe a entrada de substâncias no cadastro. Informações que extrapolam o GHS serão requeridas apenas para substâncias priorizadas. Assim, embora o GHS não seja completo, considera-se que ele é suficiente para o Cadastro.

Foi pontuado que havia um dispositivo prevendo que, para os casos em que não existisse classificação GHS para os desfechos de desregulação endócrina e persistência, bioacumulação e toxicidade ao meio ambiente no momento do Cadastro, caberia ao Comitê Deliberativo manifestar-se sobre a aplicação desses critérios.

Foi indicado que esse dispositivo supria as preocupações quanto à falta de informação no GHS.

Seguindo, analisou-se a redação proposta de redação encaminhada pela Abiquim sobre aplicação e uso das substâncias, para harmonizar a nomenclatura utilizada na minuta com os manuais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o assunto. Falou que as novas nomenclaturas propostas são equivalentes ao texto original.

O representante da Sociedade Brasileira de Toxicologia e membro do GT-Regulação, Anax Falcão, lembrou que a nomenclatura originalmente proposta pelo GTT-Regulação estava relacionada à priorização. O termo natureza do uso estava relacionado ao uso industrial, doméstico e profissional.

O representante do MDIC, Washington Bonini, explicou tratar-se de uma questão de taxonomia e recomendou a adoção de uma classificação consolidada. Acrescentou não ter certeza de que o Decreto precisaria alcançar esse nível de detalhamento informacional, considerando o poder de regulação dos colegiados.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, concordou com a solução apresentada. Explicou que a listagem sobre a aplicação e uso das substâncias estaria pré-definida no sistema.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, explicou que, independentemente da semântica adotada, o mais importante seria saber o que cada um dos termos representa, como vão impactar o processo e como serão utilizados. Disse que, caso opte-se pela nomenclatura antiga, o sistema e os manuais de preenchimento deverão esclarecer o que significa cada um dos termos.

O representante do MDIC, Washington Bonini, observou que a definição de nomenclaturas é complexa e altamente técnica. Sugeriu aproveitar as classificações já consolidadas no campo da química, mas destacou que o ideal seria que o Comitê Deliberativo emitisse uma resolução específica sobre o tema.

A Coordenadora de Segurança Química do MMA, Camila Boechat, agradeceu as sugestões, mas lembrou que o sistema do cadastro já está sendo desenvolvido e, por isso, é

286 necessário haver indicações mínimas do que deve constar no sistema. Simplificar demais pode
287 ser prejudicial.

288 *A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, complementou
289 dizendo que o art. 7º da Lei 15.022/2024 já havia estabelecido que essa seria uma questão a ser
290 definida em regulamento.

291 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, explicou que a sugestão proposta pela
292 Associação não muda o mérito. As informações a serem prestadas seriam as mesmas.

293 *A representante do Sinproquim, Luciana Ouriqui*, disse que a falta de harmonização na
294 nomenclatura poderia causar problemas futuros. O conhecimento técnico já estar bem
295 estabelecido e seria mais simples utilizar o que está pacificado. Não teria sentido utilizar algo
296 diferente.

297 Os representantes decidiram refletir sobre qual seria a redação mais adequada e voltar a
298 debater a questão depois.

299 Seguindo, entrou-se na questão sobre a integração do sistema do Inventário com outros
300 sistemas. A nova redação proposta pelo MMA excluía a obrigatoriedade de se coletar informações
301 sobre NCM e especificação dos países de origem e cidade de entrada das substâncias no Brasil.

302 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, questionou o que ocorreria nos casos em
303 que a informação não fosse retirada de outros sistemas. Reforçou que a importação é um processo
304 dinâmico e demandaria múltiplas atualizações de informações no sistema.

305 *A Diretora de Qualidade Ambiental* explicou que a equipe técnica teve reuniões com a
306 Receita Federal para tratar do assunto e verificar a possibilidade de haver sinergias entre os
307 sistemas. Foi constatado não ser possível fazer a correlação direta entre NCM e CAS. Foi
308 informado, ainda, que a NCM é obrigatória para emissão de nota fiscal, já sendo de posse das
309 fabricantes e importadores, não havendo custos adicionais para declará-la. No entanto, outros
310 dados poderão ser coletados de outros sistemas, sempre que possível. Mas, ainda que o sistema
311 possa buscar dados de outros sistemas, a responsabilidade pela acurácia das informações prestadas
312 é de responsabilidade do declarante.

313 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, explicou que a questão da NCM é prática.
314 Não será possível relacionar um CAS a uma NCM específica; são conceitos diferentes e dentro
315 de uma NCM não há apenas um CAS. Disse que haverá dificuldade operacional; está tentando
316 antecipar um problema que acontecerá.

317 O *vice-coordenador* esclareceu que o cadastro não é por lote. O país de origem e o porto
318 de entrada podem ser cadastrados de uma única vez.

319 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, falou que, apesar de não ser por lote, a
320 informação precisa ser atualizada anualmente. Sugeriu reflexão sobre o que essa informação
321 representaria no escopo da Lei.

322 *A Diretora de Qualidade Ambiental* disse entender as preocupações colocadas, mas
323 indicou ser importante haver as informações sobre importação e NCM.

324 O *representante do Ibama, Carlos Tonelli*, questionou se o CAS é uma informação
325 solicitada no processo de importação.

A representante da ABIFRA e membro do GT-Regulação, Maria Augusta Rodrigues, disse o CAS é solicitado na Declaração Única de Importação (Duimp) quando existente; não é obrigatório.

O representante do Ibama, Carlos Tonelli, disse que essa poderia ser a solução para a informação chegar ao sistema do inventário.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, disse que o dado não refletiria a realidade, visto que não é de declaração obrigatória.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, falou que todos sabem da dificuldade em utilizar a NCM e a tentativa da redação proposta é endereçar esse problema.

O representante do MCTI, Carlos Roberto da Silva, mencionou que o Ministério possui um sistema para cumprir com as obrigações da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e mapear o que é importado, exportado e produzido no país. Para isso, os dados são extraídos do SISCOMEX.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, falou que os produtos controlados pelo MCTI possuem necessidade de anuência e passam pelo crivo do MCTI. Para substâncias químicas, isso nem sempre é verdade. Ou seja, a importação pode ser automática e não necessariamente depender da anuência de outros órgãos.

O representante do MDIC, Washington Bonini, esclareceu que, desde a apresentação da proposta de inserção de NCM na proposta, entendeu-se que o cadastro não seria o local ideal para fazer a correlação entre NCM e número CAS. Mencionou o princípio da razoabilidade e, valorizando ter um cadastro mais completo e factível. Informações mais granulares deveriam ficar para o final do processo.

A representante da ABIFRA e membro do GT-Regulação, Maria Augusta Rodrigues, complementou dizendo que uma substância poderia ter múltiplos NCMs associadas, a depender para que finalidade a substância está sendo comercializada.

Frente ao impasse sobre o assunto, ficou decidido que essa questão seria retomada no futuro.

2.2.1 Cadastro de novas substâncias

Foi apresentada a proposta do MMA para o cadastro de novas substâncias, a qual, essencialmente, estabelecia um prazo mínimo de seis meses para a realização desse cadastro, contado antes do início das operações de fabricação ou importação.

O vice-coordenador demonstrou preocupação, sinalizando que a nova redação poderia estar divergente com o conceito de nova substância estabelecido pela Lei 15.022/2024.

O representante do MDIC, Washington Bonini, lembrou que nova substância não necessariamente diz respeito a algo que não existe; está relacionado com uma substância não constante no Inventário Nacional de Substância Químicas. Falou que o regime de cadastro das substâncias e das novas substâncias deveria ser essencialmente o mesmo, caso contrário haveria mais obstáculos para implantação de novas tecnologias e de importação de linhas de produção. Reforçou que o cadastro não é obrigatório para todas as situações e lembrou o limite de tonelagem.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, falou que talvez o conceito de nova substância não tenha sido adequadamente proposto. Explicou a lógica por traz da proposta de texto, projetando a Figura 1 para os membros da Comissão.

Novas substâncias

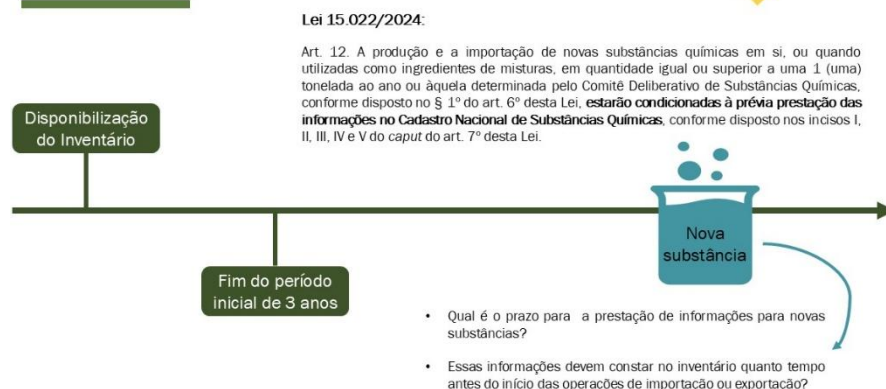


Figura 1. Cadastro de novas substâncias.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, leu o art. 12 da Lei 15.022/2024, que estabelece que a produção ou importação de novas substâncias está condicionada à prestação prévia de informações no cadastro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, questionou o motivo do prazo de 6 meses. Disse que a Lei não fala em registro, apenas em prestação de informações. Questionou se não estaria sendo adicionada uma complexidade desnecessária ao processo.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que é a oportunidade de prestar tratamento diferenciado para as novas substâncias e evitar a criação de passivos ambientais. Substâncias com as características constantes no art. 14 da Lei 15.022/2024 poderiam ser priorizadas para avaliação de risco. A ideia é cuidar do que já existe aos poucos ao mesmo tempo em que se proporciona um olhar diferenciado ao que ainda vai entrar em circulação no país.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, disse que deveria haver um prazo razoável, pelo princípio da transparência. A sociedade precisa tomar conhecimento sobre eventuais novas substâncias cadastradas.

O representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, falou que não se deve criar expectativa de que o cadastro, a Lei ou o decreto seriam mecanismos de controle prévio. O fluxo de avaliação das substâncias é lento, e, até que uma substância entre na fila de avaliação, deve ser necessário um período maior que 6 meses. O uso do termo “previamente” na Lei 15.022 (art. 12) abriu possibilidade para se estabelecer um prazo. No entanto, questionou a real necessidade de se estabelecer um prazo.

A redação inicialmente proposta pelo MMA foi simplificada. Sobre a antecedência mínima para o cadastro de novas substâncias, ficou decidido que os membros da Comissão refletiriam sobre o assunto.

Seguindo, passou-se a discutir o dispositivo referente às informações exigidas para o cadastro de novas substâncias que apresentarem as características listadas no §1º, art. 14 da Lei 15.022/2024.

A nova redação proposta pelo MMA estabelecia que, para novas substâncias, deveriam ser apresentadas informações complementares sobre a expectativa da data da primeira operação de fabricação ou importação, existência de restrições aplicáveis a substâncias em outros países, existência da produção ou comercialização da substância em outros países e expectativa da faixa de quantidade a ser produzida ou importada.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, questionou qual seria a relevância dessas informações e como elas seriam utilizadas nos processos estabelecidos.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que o art. 12 da Lei 15.022/2024 prevê que, para as novas substâncias que apresentarem as características listadas no §1º, art. 14 da referida Lei, será necessário a apresentação de informações adicionais. A redação proposta visa definir quais seriam essas informações.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que isso resultaria em tratamento diferenciado entre as substâncias e as novas substâncias. Questionou como isso seria endereçado no âmbito da Lei 15.022/2024.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que a própria Lei fez essa diferenciação, dando cuidado diferenciado entre as duas possibilidades.

O representante do MDIC, Washington Bonini, disse que as informações são importantes, porém não no momento do Cadastro. Algumas não são de conhecimento dos fabricantes ou importadores, demandando pesquisas adicionais para obtê-las.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que muitas das propostas de alteração de redação apresentadas justificavam-se por um desalinhamento entre a Lei e a minuta de Decreto. A proposta sobre novas substâncias enquadra-se nessa situação. Essa foi a tentativa do MMA de endereçar essa questão.

A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, disse que o MMA tinha razão em fazer essa interpretação da Lei. A Lei obriga a estabelecer, em regulamento, quais seriam as informações adicionais necessárias para uma substância nova. No entanto, chamou atenção para o fato de que a nova substância é considerada nova apenas uma vez; nesse sentido, ao se propor informações diferenciadas para essas substâncias, criara-se uma lacuna no banco de dados do Inventário o que, consequentemente, poderia resultar em dificuldade de utilização dessas informações adicionais. Por isso, sugeriu que as informações adicionais fossem informações que já seriam eventualmente solicitadas nos estágios mais avançando dos processos da Lei, por exemplo na avaliação de risco.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, lembrou que as informações adicionais de que trata o dispositivo proposto são referentes somente às novas substâncias que apresentarem as características listadas no §1º, art. 14 da Lei 15.022/2024.

O representante da CNI, Wanderley Baptista, ressaltou que, dentro do universo de um milhão de empresas vinculadas à Confederação, quase 95% são micro ou pequenas empresas. Observou que esses estabelecimentos não teriam condições de cumprir o que está previsto no dispositivo, destacando diversos pontos de preocupação, incluindo a complexidade das exigências e a falta de razoabilidade.

A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, sugeriu que o texto fosse reescrito para possibilitar que, no futuro, o Comitê Deliberativo decidisse sobre as informações adicionais.

O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, disse que poderia ser adotada uma redação nesse sentido, porém a discussão em torno desse tema deveria ficar registrada e ser remetida futuramente aos Comitês.

A representante do Sinproquim, Luciana Oriqui, ressaltou as dificuldades que estariam sendo impostas às micro e pequenas empresas. Disse ser necessário começar com o que é possível para não inibir o cadastro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que seria importante deixar claro no texto que essas informações adicionais seriam solicitadas na fase de avaliação de risco das substâncias químicas.

Feitas as considerações, os membros da Conasq sugeriram maneiras de aprimorar o texto inicialmente proposto pelo MMA. Assim, a redação foi simplificada para estabelecer que, quando identificada na nova substância química qualquer uma das características de que trata o §1º, art. 14 da Lei 15.022/2024, o cadastrante deverá apresentar informações complementares para avaliação de risco, a serem definidas pelo Comitê Deliberativo.

Além disso, ficou decidido que, na hipótese de a nova substância não apresentar alguma das características de que trata o art. 14, o cadastrante deverá apresentar, no momento do cadastro, a ficha de dados de segurança (FDS).

2. 2 Aprovação do Diagnóstico Nacional do P2R2

O coordenador da Conasq, retornou à reunião. Falou que interromperia momentaneamente o debate sobre o decreto regulamentador para avançar para o próximo ponto de pauta da reunião: o Diagnóstico Nacional do P2R2.

O Diagnóstico Nacional do P2R2 foi encaminhado no dia 29/09, com prazo para comentários até o dia 06/10.

As informações preliminares a respeito do diagnóstico já haviam sido apresentadas na 4ª reunião ordinária (25/02/2025), ocasião em que foi aprovada a criação do GT-P2R2. Desde então, o documento passou por aprimoramento e as seguintes alterações foram feitas em relação à primeira versão apresentada:

- Foram incorporadas informações referentes aos estados que ainda não haviam respondido ao formulário na versão anterior (Amapá, Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe), além da correção de dados equivocados de alguns estados (Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Sul);
- Foi incluída a informação sobre a participação de instituições da sociedade civil nas comissões estaduais.

Não foram recebidas contribuições ou pedidos de alteração ao documento.

O coordenador da Conasq, submeteu o Diagnóstico Nacional do P2R2 para aprovação. Não havendo objeções, o documento ficou aprovado.

O documento passará pelo comitê de redação do Ministério e pela diagramação antes de sua publicação pelo MMA.

2.3 Informe: Chumbo

O *coordenador da Conasq*, falou sobre a relevância do Chumbo, destacando ser uma substância prioritária para a agenda nacional de proteção à saúde e ao meio ambiente. Existe a semana internacional combate à contaminação por chumbo. O objetivo do MMA é, entre os dias 19 e 25 de outubro, utilizar essa oportunidade para sensibilizar e engajar os setores.

Ocorrerá uma oficina participativa de priorização e governança em chumbo, a ser realizada dia 21/10/2025, das 8h às 18h, na modalidade online.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* explicou que a oficina seria dividida em quatro grupos: setor industrial, governo, sociedade civil e academia. O objetivo é colher informações sobre tudo o que já existe no Brasil para construir um plano de ação para o chumbo.

O MMA aplicou para recursos da fundação Bloomberg e captou dinheiro com a PureEarth para elaborar o Inventário Nacional de Chumbo.

No dia 22/10/2025, ocorrerá o [lançamento](#) da Estratégia Nacional de Ações Conjuntas para o Enfrentamento da Contaminação por Chumbo. O objetivo é criar um panorama nacional para regulamentação desse tema, destacando os avanços e mapeando as lacunas.

Pretende-se propor, na próxima reunião da Conasq, a criação de um grupo de trabalho sobre chumbo.

O *coordenador da Conasq*, convidou os membros da Comissão a participarem ativamente das atividades.

3. Capítulo sobre os Comitês:

A equipe técnica do MMA apresentou as propostas de modificação para esse capítulo

O *representante do MDIC, Washington Bonini*, solicitou que ficasse registrado o entendimento do Ministério de que o Comitê Técnico não possui caráter deliberativo, razão pela qual a aprovação do regulamento interno caberia a outra instância – neste caso, ao Comitê Deliberativo – diferentemente da redação proposta pelo MMA.

A *Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, disse que esse posicionamento já havia sido apresentado em reuniões passadas e que, a menos que houvesse recomendação da Consultoria Jurídica, o texto não seria alterado.

O *representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, solicitou a inserção da Conasq como membro do Comitê Técnico e do Comitê Deliberativo, com representação da indústria, da sociedade civil e da academia.

A *representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci*, questionou se um comitê poderia fazer parte de outro comitê.

A *Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, falou que a Conasq é mais ampla. Disse que a sociedade civil já participaria dos processos relacionados à Lei 15.022/2024, incluindo a consulta pública e os grupos técnicos.

516 *A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, esclareceu que um conselho pode fazer*
517 *parte de outro, mas é uma situação que se tenta evitar. Sugeriu inserir um dispositivo*
518 *determinando a participação da sociedade civil nas reuniões na qualidade de ouvinte.*

519 *O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, falou que essa solução não acomodaria*
520 *o pleito, visto que não garantiria o apoio logístico e financeiro necessário para de fato propiciar a*
521 *participação da sociedade civil nas reuniões.*

522 *A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, citou a Abordagem Estratégica*
523 *Internacional para a Gestão das Substâncias Químicas ([SAICM](#), em inglês), em que as*
524 *Organizações Não Governamentais (ONGs) atuavam como parte do acordo. No caso de outros*
525 *tratados sobre substâncias químicas as ONGs são observadoras. Disse que os grupos consultivos*
526 *poderiam ou não ser criados, a depender da necessidade. A consulta pública nem sempre é um*
527 *mecanismo de mão dupla, com sugestões muitas vezes rejeitadas. Falou que a sociedade civil*
528 *deveria ser capaz de participar das decisões também.*

529 *A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que não se pode fugir do escopo da*
530 *Lei. O Comitê Técnico será responsável pela avaliação de risco. Foi consensuado que os Comitês*
531 *deveriam ser compostos por órgãos de governo que possuíssem competência na matéria.*
532 *Especialistas poderiam ser convidados a participar do processo através dos grupos consultivos,*
533 *quando necessário. Trata-se de um fórum diferente da Conasq, fórum em que se debate assuntos*
534 *ligados à segurança química.*

535 *O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, falou que os tratados internacionais*
536 *sobre o tema sempre reforçam a importância da participação da sociedade civil. Falou que é*
537 *importante a sociedade civil ter ciência do que está acontecendo no âmbito dos Comitês e indicou*
538 *que a sugestão está alinhada com o que vem se tecendo mundialmente quanto à governança desse*
539 *tema.*

540 *A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, disse que a Lei 15.022/2024 não definiu a*
541 *composição dos Comitês e, nas discussões para a construção do texto da Lei, nunca se chegou a*
542 *uma conclusão de como seriam formados os Comitês. Entende que a discussão está aberta; cabe*
543 *ao governo renunciar ao sigilo governamental e permitir o acompanhamento dos trabalhos.*

544 *A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, disse que o pedido da sociedade civil é*
545 *legítimo. Mas, pensando em outros processos de análise de substâncias químicas – como no caso*
546 *dos agrotóxicos – não há participação da sociedade civil. Trazer esse mecanismo para os*
547 *processos estabelecidos pela Lei e pelo Decreto seria uma inovação; no entanto, não saberia dizer*
548 *como esse pleito poderia ser acolhido.*

549 *A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, chamou atenção*
550 *para o fato de que a representação da sociedade civil, da academia e do setor privado na Conasq*
551 *possuem mandato temporário de dois anos. Isso seria um fator complicador para inserção da*
552 *Comissão como membro do Comitê.*

553 *A representante da Abiquim, Camila Hubner, lembrou que os participantes dos Comitês*
554 *possuiriam acesso a dados confidenciais das empresas. Disse que a avaliação de risco deve ser*
555 *conduzida por especialistas, com base nos melhores dados técnicos e científicos aportados no*
556 *processo.*

557 *Não foi possível obter consenso quanto à participação da Conasq nos Comitês. Os*
558 *representantes da Sociedade Civil solicitaram que o MMA fizesse consulta à Consultoria Jurídica*
559 *para obter parecer quanto à legalidade da proposta apresentada.*

Além disso, a representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, informou que consultaria o Inmetro quanto ao interesse da autarquia em fazer parte dos Comitês.

3.2 Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas

A equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima propôs diversos ajustes neste capítulo.

A principal mudança foi que o valor da taxa, que originalmente seria calculado a partir do somatório do volume total cadastrado de substâncias por empresa, passaria a ser uma função do volume cadastrado por substância. Também foram feitas alterações quanto aos prazos para o pagamento da taxa.

Além disso, excluiu-se da minuta de decreto o trecho que indicava que o recolhimento da taxa seria devido pelo representante exclusivo do fabricante estrangeiro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse entender que o representante exclusivo do fabricante estrangeiro também possui obrigações relacionadas à taxa perante o cadastro.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que a Lei estabelece, no §2º, art. 37, os sujeitos passivos da taxa: “São sujeitos passivos da Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas os fabricantes de substâncias químicas em si e os importadores de substâncias químicas em si ou quando utilizadas como ingredientes de misturas”. Além disso, pontuou que o representante exclusivo seria uma figura que apenas prestaria informações em certos pontos do cadastro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, explicou que existem duas situações: na primeira, o importador não tem acesso a determinadas informações e, por isso, concede ao representante exclusivo acesso a campos específicos do cadastro; na segunda, quando não há importador, o representante exclusivo assume integralmente a prestação das informações no cadastro.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, reforçou que a Lei não colocou o representante exclusivo como sujeito passivo da taxa.

O representante do Ibama, Alan Alves, ressaltou que a Lei estabelece que o representante exclusivo pode assumir as responsabilidades do importador. Disse entender que isso inclui a responsabilidade pelo pagamento da taxa.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, observou que, caso o representante exclusivo assuma o papel de importador, ficará responsável pelo pagamento da taxa, ponto que considerou claro.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, disse que isso não estava claro. Disse que a Consultoria Jurídica do MMA foi acionada e explicou que o representante exclusivo não poderia ser sujeito passivo da taxa. Leu o entendimento da Consultoria Jurídica quanto o assunto: salvo melhor juízo, a inclusão pelo decreto de "representantes exclusivos de fabricantes estrangeiros" como sujeitos passivos da obrigação tributária importaria afronta ao art. 128 do Código Tributário Nacional ([CTN](#)), uma vez que a responsabilidade tributária demanda previsão em lei em sentido estrito, como se vê do dispositivo

em questão: ‘Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação’. Ademais, veja-se que, segundo o art. 28, § 3º, da Lei n. 15.022/24, a figura do "representante exclusivo" foi concebida para fins meramente administrativos, estranhos, portanto, à relação jurídico-tributária que envolve a TCAF.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, falou que desta forma, haverá possibilidade de o representante exclusivo fazer o cadastro, mas não precisar pagar a taxa. Para sanar este problema, sugeriu a seguinte redação: “Parágrafo único. A Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas deverá ser exigida em nome do representante exclusivo do fabricante estrangeiro o qual possui capacidade e prerrogativa para assumir responsabilidades e obrigações impostas ao importador por meio da Lei Federal 15.022, de 13 de novembro de 2024, conforme disposto no seu art. 2º, inciso XIII.”

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, expressou dúvidas quanto a validade da solução.

Seguindo, passou-se a discutir os valores da taxa.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, indicou que a nova metologia de cobrança de taxa apresentada pelo MMA aumenta sobremaneira os custos para as empresas. Disse que isso poderia inibir o cadastro, e prejudicar o objetivo principal de colher as informações sobre as substâncias que circulam no país.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, concordou com a argumentação colocada pela representante do MDIC. Disse que gostaria de entender o racional que subsidiou as mudanças propostas e manifestou-se contrária à proposta. Disse que a concepção do cadastro foi para o país ter uma base de dados mais completa possível sem onerar o setor privado. Não se enxerga isso com a nova redação; na verdade, percebe-se ônus que extrapolaria o setor da indústria e chegaria a produção à jusante.

O representante do MDIC, Washington Bonini, disse que isso desincentivaria o setor nacional e incentivaria a importação de produtos acabados que estariam ao largo do Inventário.

O representante da CNI, Wanderley Baptista, corroborou com o que foi dito. A indústria química é denominada indústria de base pois fornece insumo para várias cadeias produtivas no Brasil. Disse que esse é um ponto sensível. O objetivo é constituir o cadastro de substância químicas.

A representante da Sinproquim, Luciana Oriqui, corroborou o que foi dito. É importante que o cadastro não seja proibitivo.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, disse que, quando a proposta de redação sobre a taxa foi apresentada no GT-Regulação, os valores estavam tão abaixo do esperado que não houve um debate. O objetivo com a mudança de texto é promover o debate e entender se a engenharia de cálculo utilizada foi ideal. Há uma série de fatores que podem influenciar o valor da taxa. A possibilidade de tonelagem total ou tonelagem por substância não chegou a ser discutido no grupo de trabalho.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, leu o Código Tributário Nacional, ressaltando que a taxa deveria ser cobrada por serviço público indivisível. Falou que manutenção

de sistema não se enquadrava nessa hipótese. Além disso solicitou que, com o potencial aumento de custo, fosse feita uma Análise de Impacto Regulatório, uma vez que ele acaba sendo repassado para a sociedade como um todo tanto por aumento de preço quanto por fechamento de empresas.

O representante do MDIC, Washington Bonini, leu o art. 3º do Decreto 10.411/2020, que estabelece que a edição, a alteração ou a revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional será precedida de Análise de Impacto Regulatório. Insistiu na elaboração do documento.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, destacou o impacto da taxa no setor produtivo. Falou que a Associação era favorável à versão que havia saído do grupo de trabalho.

A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, quem coordenou o subgrupo referente à Taxa no âmbito do GT-Regulação, disse que o texto foi de forma a ser defensável e que se sustentasse juridicamente. O objetivo sempre foi deixar o cadastro atrativo, para que pudesse cumprir seu objetivo de dar transparência às substâncias que circulam no país. Quanto ao racional da taxa, disse que não houve; foram solicitados dados para a indústria sobre o custo do cadastro, porém são dados difíceis de se gerar. Disse que ambas as propostas – original e atualizada – se sustentam juridicamente.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, falou que, inicialmente, o órgão possuía muita preocupação em relação à Taxa. No entanto, a proposta sobre a Taxa apresentada no âmbito do GT foi considerada razoável e aceita pelo órgão. Sugeriu que o texto que saiu do GT fosse retomado.

Feitas as considerações, o vice-coordenador questionou se o texto anterior, elaborado pelo GT-Regulação de Substâncias Químicas, poderia ser retomado.

Não havendo objeções, ficou acordado que a melhor solução seria retomar o capítulo sobre a Taxa que saiu do GT-Regulação, incluindo os valores originalmente propostos alterando apenas eventuais pontos de redação ou questões que contradissem algum dispositivo da Lei 15.022/2024.

4. Capítulo sobre priorização

Sobre o processo de priorização, a representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, questionou como o processo consideraria fatores para os quais há insuficiência de informação no GHS, como os desfechos de disruptores endócrinos.

O representante do MDIC, Whashington Bonini, explicou que o texto fala que as informações aportadas na fase de cadastro, incluindo as relacionadas ao GHS, serão fontes primárias e não únicas, sendo possível a incorporação de dados externos para a execução dessa atividade.

Avançando neste capítulo, o MMA propôs inserção de redação para prever que o processo de priorização seria precedido de uma etapa de harmonização.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse entender que esse processo de harmonização poderia ser discutido em um instrumento adicional. Os parágrafos propostos detalham como o processo será feito. No entanto, a classificação de perigo não impacta somente o que está no escopo da Lei 15.022/2024, visto que o GHS já é utilizado no Brasil para outros instrumentos e em outras legislações. Além disso, não seria possível comparar com uma

classificação globalmente harmonizada, visto que cada país possui sua própria classificação. Disse que é preciso tomar cuidado para entender o que o Brasil adota em termos de classificação GHS e ter isso muito claro ao se fazer a harmonização de classificação. A sugestão seria excluir.

A *Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, concordou que a redação poderia ser simplificada. Sugeriu reescrever o texto para estabelecer que os procedimentos para harmonização GHS seriam detalhados por resolução do Comitê Deliberativo.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, complementou dizendo que, para harmonizar o GHS, não bastaria comparar as classificações adotadas por outros países e selecionar a mais restritiva. Seria necessário haver cooperação regulatória para se entender tecnicamente, o racional do processo.

Com isso, a redação foi simplificada para acomodar as questões apresentadas.

O *representante do MDIC, Whashington Bonini*, disse não entender o que seria a harmonização do GHS.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, apresentou um exemplo prático. Disse que diferentes empresas podem adotar classificações diferentes para a mesma substância. No entanto, para algumas substâncias, são analisados todos os processos de registro para se definir uma classificação harmonizada que, no âmbito da legislação relacionada a matéria, será utilizada de forma única para a substância. No entanto, trata-se de um processo complexo. Mencionou que a União Europeia harmonizou a classificação apenas para algumas substâncias.

O *representante do MDIC, Whashington Bonini*, agradeceu a explicação. Disse entender que seria um processo custoso e que poderia representar uma barreira significativa na aplicação da Lei.

O *Sr. Fabriciano Pinheiro, ouvinte*, disse entender que a harmonização seria feita apenas para as substâncias consideradas importantes. As classificações aportadas no cadastro seriam utilizadas para auxiliar nesse processo.

A *representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, sugeriu retirar as disposições sobre harmonização do GHS. Disse entender que isso poderia ser definido em resolução dos Comitês.

A *Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, questionou a falta de harmonização não implicaria em futuros questionamentos quanto às substâncias priorizadas.

Seguindo, discutiu-se a possibilidade de priorizar as substâncias por grupo ou categoria de substância, conforme proposta de redação elaborada pelo MMA.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse que essa situação deveria ser avaliada de duas perspectivas diferentes: do ponto de vista da priorização e da avaliação de risco. A avaliação de risco está ligada à exposição, parâmetro único de cada substância. Disse que o decreto deveria deixar isso claro.

O *representante do MDIC, Washington Bonini*, reconheceu o argumento colocado anteriormente – quando da discussão das definições. O agrupamento das substâncias permitiria economia de recursos, eficiência e racionalidade. No entanto o modo de raciocínio deve ser delimitado para a priorização e para análise de risco. As medidas de gerenciamento de risco devem ser estabelecidas caso a caso. Disse que o texto poderia ser mantido, desde que aprimorado.

O *vice-coordenador* também disse entender a argumentação apresentada.

A redação foi mantida e aprimorada.

727 Seguindo, passou-se a discutir questões relacionadas à consulta pública.

728 A equipe técnica recebeu comentário relacionado a este assunto sugerindo a inserção de
729 um prazo mínimo de duração de 90 dias para a consulta pública. Essa sugestão foi reestruturada
730 e incorporada ao texto estabelecendo-se um prazo máximo de 120 dias para a consulta pública,
731 inspirando-se em processo utilizado pela Anvisa.

732 O *representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, pontuou que seria
733 necessário estabelecer um prazo mínimo de duração, para que a sociedade civil possa analisar os
734 documentos relacionados e enviar eventuais comentários.

735 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, complementou dizendo que seria
736 necessário haver um prazo mínimo relacionado à disponibilização dos documentos que serão
737 objeto da consulta.

738 O *representante do Ibama, Alan Alves*, sugeriu cuidado ao estabelecer prazos para
739 atividades que podem necessitar de ajustes técnicos ao longo da sua execução.

740 O *representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano*, disse que, pelo lado dos
741 administrados, o não estabelecimento de prazos poderia prolongar os processos mais que
742 necessário.

743 A redação foi alterada para acomodar as preocupações apresentadas.

744 **5. Capítulo sobre Testes em animais**

745 A *Diretora de Qualidade Ambiental* informou que foram recebidas muitas contribuições
746 referentes a este capítulo, as quais foram analisadas pela equipe técnica. Não houve comentários
747 adicionais em relação ao texto apresentado.

748 **6. Capítulo sobre Cooperação regulatória**

749 O MMA propôs inclusão de dispositivos sobre as diretrizes a serem observadas para esse
750 processo, incluindo equivalência de cenários de exposição, similaridade de contexto regulatório,
751 qualidade e transparência de dados. Além disso, o Comitê Deliberativo poderia estabelecer
752 diretrizes complementares.

753 A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse achar que não caberia esse nível de
754 detalhamento no Decreto. Falou que a redação promove complexidade e confusão desnecessária
755 para o dispositivo original e sugeriu retornar ao texto anterior.

756 A *Diretora de Qualidade Ambiental* disse que, ao se propor uma lista, critérios
757 importantes poderiam ficar de fora.

758 Assim, a proposta do MMA foi desconsiderada, retomando-se o texto elaborado pelo GT-
759 Regulação.

760 **6. Capítulo sobre confidencialidade**

Neste capítulo, o MMA sugeriu adição de dispositivos sobre o nome e número máscara, como citado anteriormente durante as discussões da definição. A proposta foi inspirada em sugestão da Sociedade Civil, que pontuou a importância de, ao mesmo tempo em que se resguarda o sigilo industrial, dar publicidade às substâncias protegidas por sigilo.

Nos dispositivos propostos, as substâncias cujo CAS esteja protegido por sigilo deverão constar no Inventário Nacional de Substâncias Químicas através do nome ou número máscara. A solução proposta se inspira no modelo canadense sobre o tema.

A representante da *Toxisphera*, Zuleica Nycz, questionou se o cidadão poderia identificar o nome e número máscara e, através dele, acessar as informações não sigilosas da substância.

A Chefe da Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, respondeu que o objetivo seria esse, acessar os dados não sigilosos das substâncias protegidas por sigilo através do seu nome e número máscara.

Não havendo objeções, a redação proposta pelo MMA foi aprovada.

7. Considerações finais

A representante do MAPA, Marina Veras, disse entender que as exclusões não estavam muito claras, especialmente na parte relacionada aos agrotóxicos. Questionou qual seria o entendimento sobre isso.

O representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco, questionou se domissanitários estariam no escopo da Lei.

A Diretora de Qualidade Ambiental esclareceu que não. Disse que isso já está excluído da Lei conforme art. 3º, inciso IX, alínea g.

A Diretora de Qualidade Ambiental lembrou que houve um subgrupo dedicado às exclusões.

O vice-coordenador explicou que o subgrupo que tratou do assunto entendeu não ser adequado propor nenhuma redação sobre o tema para a minuta. A conclusão foi de que essa questão poderia ser tratada em um regulamento à posteriori.

A Diretora de Qualidade Ambiental disse que, se alguém sugerisse um texto, a Comissão poderia avaliar.

Caso seja encaminhado sugestão de texto sobre as exclusões, a proposta entrará como ponto de pauta na reunião seguinte.

Considerando a necessidade de dar continuidade ao debate sobre a minuta de Decreto regulamentador, acordou-se o agendamento de uma nova reunião extraordinária para o dia 17/10.

Em não havendo mais nada a ser tratado a reunião foi encerrada.

8. Encaminhamentos

- 1) O Departamento de Qualidade Ambiental consultará a Consultoria Jurídica do MMA quanto à legalidade da participação da Conasq como membro dos Comitês;

- 798 2) A Secretaria-Executiva vai incorporar as sugestões encaminhadas pela ACPO à minuta
799 de Decreto para ser discutida na reunião seguinte;
- 800 3) A versão atualizada da minuta de Decreto será encaminhada para os membros da Conasq
801 no dia seguinte;
- 802 4) A Secretária-Executiva encaminhará convite para a 4ª Reunião Extraordinária da Conasq,
803 agendada para ocorrer no dia 17/10.